

SINTAP/AÇORES PEDE AO GOVERNO REGIONAL A REPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA EM CASO DE REGRESSO DOS CORTES DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

No próximo dia 20 de junho, pelas 10h30, o Governo da República dá início ao processo de negociação coletiva sobre a sua proposta de diploma já enviada aos sindicatos visando a reintrodução dos cortes entre os 3,5% e os 10%, para as remunerações ou vencimentos mensais dos funcionários públicos superiores a 1.500 Euros, cortes esses introduzidos pelo Governo do José Sócrates aquando da aprovação da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011.

Face ao chumbo que o Tribunal Constitucional deu, no passado dia 30 de maio, ao diploma legal que fixava uma nova de redução remuneratória, com carácter progressivo, entre os 2,5% e os 12% para as remunerações mensais superiores a 675 Euros, o Governo da República tenta agora fazer recuperar aqueles cortes anteriores pelo fato dos mesmos terem então merecido aval positivo daquele tribunal.

Neste contexto, e sem prejuízo da nossa oposição negocial e luta contra a reposição destes cortes nos vencimentos dos funcionários públicos, que não fazem sentido numa altura em que formalmente se deu por encerrada a fase de intervenção económica e financeira da troika em Portugal, o SINTAP pede e espera que o Governo Regional, à semelhança do que fez no passado recente, reponha em vigor a REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA instituída por Carlos César na eventualidade daquela proposta de diploma for avante.

Tendo igualmente presente as recentes declarações do Vice-Presidente do Governo Regional, no sentido da reposição da remuneração complementar/subsídio de insularidade na sua versão original de 2013, o SINTAP vem igualmente reivindicar uma atualização da respetiva tabela de valores de modo a que se possa ter aí em linha de conta com o efeito da inflação entretanto registada.

Neste contexto, o SINTAP pede e espera a abertura imediata do processo de negociação coletiva previsto na lei sobre as presentes matérias.

Açores, 18 de junho de 2014

SINTAP/AÇORES